



Ministério da Saúde remanejará estoques de imunizantes remetidos a municípios que estão na zona de prioridade, e que não foram aplicados. Faixa etária para recebimento das doses, de 10 a 14 anos, não muda

Vacina da dengue não usada será redistribuída

» MAYARA SOUTO

O Ministério da Saúde redistribuirá as vacinas contra a dengue distribuídas para municípios considerados prioritários, mas que não foram aplicadas. Segundo a ministra Nísia Trindade, a estratégia é ampliar o oferecimento de imunizantes para outras cidades foi decretada a emergência em saúde pública.

Apesar da redistribuição, a faixa etária de quem está apto a receber as doses não vai se alterar — continuará sendo aplicada em jovens entre 10 e 14 anos. As vacinas serão reencaminhadas para outros municípios dentro do mesmo estado para facilitar a logística de distribuição, segundo a pasta.

De 1,2 milhão de doses da Qdenga entregues na primeira leva, segundo o ministério apenas 450 mil foram aplicadas até agora. Ao todo, são 350 cidades divididas em 10 estados, além do Distrito Federal, que estão em alerta para a doença.

Além da ampliação do leque de municípios que receberão a vacina, o ministério tem outro motivo para fazer a redistribuição: as doses distribuídas têm validade até o fim de abril. De acordo com a pasta, esse primeiro lote foi uma doação do laboratório Takeda, que fabrica o imunizante, e mesmo estoques estavam em um momento crítico para serem utilizadas. Outras 6,5 milhões de doses começaram a ser recebidas nos próximos dias.

Reposição

A secretária de Vigilância em Saúde Ethel Maciel garantiu que todas vacinas serão repostas aos municípios que estiverem com sobra de estoque para a redistribuição. Ela frisou que as doses

Fabricação no Brasil

A ministra Nísia Trindade, da Saúde, afirmou que estão adiantadas as negociações da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) com a farmacêutica Takeda para a produção da Qdenga no Brasil. Já o desenvolvimento da vacina do Instituto Butantan contra a doença também está avançado e, por causa disso, a ministra deve se reunir com o diretor da instituição, Esper Kallás, na próxima semana. A expectativa pelo novo imunizante é alta porque pode ser aplicado a uma faixa etária que vai dos dois aos 60 anos, e em dose única.

complementares das crianças que foram vacinadas serão as do novo lote enviado pela fabricante, para que não fique próximo à data de vencimento.

Em complementação à vacinação, Nísia anunciou o repasse de mais R\$ 300 milhões para estados e municípios adquirirem medicamentos para o tratamento da dengue — como soro fisiológico, sais minerais e analgésicos. Como não há tratamento para a doença, a principal forma de enfrentá-la é aumentando a hidratação da pessoa infectada e o conforto contra as dores.

Tais recursos se somam aos R\$ 260 milhões anunciados no ano passado para o combate às arboviroses — dengue, zika, chikungunya. Neste ano, já foi repassado cerca de R\$ 1,5 bilhão para estados e municípios que decretaram emergência em saúde.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Estoques dos municípios que têm prioridade serão recompostos pela nova remessa da Qdenga. Doses remanejadas estão perto do fim da validade

Calor faz doença explodir no interior

O interior do Brasil ultrapassou o litoral na incidência de dengue por conta do aumento das ondas de calor. A região costeira que vai de Santos (SP) a Belém tipicamente apresentava maior proporção de casos da doença em comparação com sua população. Entretanto, o oeste do Paraná, o oeste de Santa Catarina o oeste de São Paulo, o interior de Minas Gerais, uma parte do Tocantins, o Goiás e o Mato Grosso do Sul viram a transmissão da doença aumentar.

De acordo com o pesquisador do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict) da Fiocruz

autor do estudo, Christovam Barcellos, a maior quantidade de dias de calor nas áreas está relacionada ao desmatamento. Atualmente, o país assiste a um recorde de casos de dengue, o que tem feito cidades decretarem emergência e adotarem medidas de mitigação.

O estudo da Fiocruz, publicado na revista *Nature*, correlacionou o aumento dos casos de dengue na região com a maior frequência de dias com temperaturas acima da média — ou seja, ondas de calor. Outro fator que tem provocado o aumento de doença é a urbanização desacompanhada de melhorias nos serviços oferecidos pela cidade.

O mosquito *Aedes aegypti* se reproduz em temperaturas entre 18°C e 33°C, sendo que a faixa ideal para manter a transmissão do vírus é entre 21°C e 30°C. Essa média é padrão em boa parte do Brasil, mas, em alguns lugares do sul e do Planalto Central, a temperatura média fica abaixo dos 18°C, em especial, durante o inverno.

Um clima mais quente nessas regiões pode viabilizar a reprodução do mosquito durante todo o ano, em vez de surtos sazonais. O estudo constatou que apenas poucas áreas no extremo sul do país permanecem sem incidência de dengue.

No interior, o verão está se estendendo ainda mais, segundo o pesquisador da Fiocruz. “Em 2023, a gente começou a observar onda de calor no inverno, uma coisa inédita no clima. Isso disparou a transmissão da dengue em outubro e novembro do ano passado”, explica Barcellos.

O aumento dos dias de ondas de calor tem entre seus fatores como a devastação do Cerrado. O bioma tem sido um dos mais desmatados e, em fevereiro, o Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter) detectou um aumento de 99% de perda de vegetação em comparação com o mesmo período de 2023.

CASO MARIELLE

Advogados deixam a defesa de Lessa

» RENATO SOUZA

Os advogados que vinham acompanhando Ronnie Lessa deixaram, ontem, a defesa do homem que disparou os tiros que assassinaram a vereadora Marielle Franco e seu motorista, Anderson Gomes. A decisão veio 24 horas depois que o acordo de delação premiada do ex-policial militar foi homologada pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Segundo os advogados Fernando Santana e Bruno Castro, a saída da defesa de Lessa deu-se por “ideologia jurídica”. “A partir de hoje, não somos mais advogados de Ronnie Lessa. Nos cinco anos em que atuamos nos processos, honramos nosso juramento como advogados, mesmo sob perseguição, mesmo sob ameaças, mesmo sob a falta de discernimento sobre nosso trabalho como defensor”, frisaram.

Santana e Castro reforçaram que “nossa indisposição à delação é genérica e pouco importa o crime cometido, quem tenha cometido e/ou contra quem foi cometido. Não atuar para delatores é uma questão principiológica,

pré-caso, e nada tem a ver com qualquer interesse na solução ou não de determinado crime”. Os advogados defendiam o ex-PM em 12 processos.

Na terça-feira, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, anunciou a homologação da delação de Lessa. Ele afirmou ter conversado com Alexandre de Moraes, relator das investigações sobre os homicídios que correm no Supremo Tribunal Federal (STF), e acrescentou que estaria próximo o desfecho para um crime que dura seis anos sem que saiba o mandante.

Lessa foi preso em 2019 e na oitava para a validação do pelo acordo, ele atribuiu a determinação de assassinar Marielle a duas pessoas — uma delas, ou as duas, teriam prerrogativa de foro, o que fez com que o inquérito passasse à esfera do STF.

Deputado reage

Apontado como sendo esse personagem com prerrogativa de foro, o deputado federal Chiquinho Brazão (União-RJ) negou, ontem, envolvimento com o crime. Em nota, afirmou que

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



Em nota, Brazão afirma que tinha relacionamento cordial com Marielle

concordava com as posições de Marielle em relação às ocupações ilegais na Zona Oeste do Rio de Janeiro. As investigações apontam que disputas imobiliárias em áreas ocupadas por milícias podem ter motivado o assassinato.

“O deputado federal Chiquinho Brazão esclarece que seu convívio com a vereadora sempre foi amistoso”, destaca

um trecho da nota.

Brazão critica ter sido citado. “Causa estranheza que seu nome tenha surgido após muitos meses de tramitação da suposta colaboração, principalmente quando se sabe que o instrumento de investigação deve indicar, desde o início, todos os envolvidos que gozem de foro por prerrogativa de função”, ressalta a nota.

JUDICIÁRIO

Filho 04 de Bolsonaro denunciado por fraude

» PABLO GIOVANNI

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) apresentou, ontem, denúncia contra Jair Renan Bolsonaro por fraude em empréstimo bancário. De acordo com a acusação enviada à Justiça, o filho 04 do ex-presidente cometeu os crimes de lavagem de dinheiro, falsidade ideológica e uso de documento falso. Se a denúncia for aceita, ele se tornará réu.

A fraude da qual Jair Renan é acusado ocorreu entre 2021 e 2022. Ele teria falsificado as relações de faturamento da empresa Bolsonaro Jr. Eventos e Mídia para levantar empréstimos bancários. O faturamento indicado pelo 04 e seu sócio, Maciel Carvalho Rodrigues Medeiros, seria de R\$ 4,6 milhões, o que, segundo a polícia, é fraudulento.

O esquema, de acordo com os investigadores, serviu para obter empréstimos bancários junto ao banco Santander — que conseguiu, em relação a uma das operações financeiras, decisão

favorável na Justiça para receber R\$ 360.241,11 de Jair Renan.

Quando a operação foi deflagrada, a reportagem do *Correio* mostrou que os envolvidos deram o nome de Antonio Amâncio Alves Mandarrari para abrir uma conta bancária e figurar, na condição de “laranja”, como proprietário de pessoas jurídicas. Os policiais descobriram, ainda, que os investigados forjavam relações de faturamento e outros documentos das empresas investigadas. Além disso, utilizavam dados de contadores sem o consentimento deles, inserindo declarações supostamente falsas e fazendo movimentações financeiras de aparência suspeita, inclusive com a possível remessa de valores para o exterior.

Além de Jair Renan, Maciel Medeiros foi denunciado pelo MPDFT. O *Correio* fez contato com a defesa dos dois, e a do filho 04 de Bolsonaro informou que o vazamento de informações do processo “tem causado o chamado *strepitus fori*, muito prejudicial à defesa”. Os advogados de Maciel não se pronunciaram. (Com Renato Souza)